

Caminhos abertos, horizontes compartilhados: estudos sobre mulheres no Brasil e o pioneirismo de Heleieth Saffioti

Bárbara Luisa Fernandes Pires*

Resumo:

O artigo se propõe a revisitar o contexto de produção do livro *A mulher na sociedade de classes* (1969), de Heleieth Saffioti, considerado pioneiro dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo no Brasil. Em um primeiro momento, procura-se apresentar como o ingresso e a atuação de mulheres na universidade paulista foi um fator decisivo para o desenvolvimento dos primeiros trabalhos nessa área. Em um segundo momento, busca-se evidenciar a ambiência intelectual da autora e de sua obra, assinalando as similitudes e diferenças em relação aos trabalhos anteriores, tanto do ponto de vista temático, quanto das relações de gênero no espaço acadêmico das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti; ciências sociais; estudos sobre mulheres; relações de gênero.

Open Paths, Shared Horizons: Studies on Women in Brazil and the Pioneering Work of Heleieth Saffioti

Abstract:

This article revisits the context of the writing of the book *Women in Class Society* (1969), by Heleieth Saffioti, considered the pioneering study on women, gender and feminism in Brazil. First, it shows how the influx of women into São Paulo's universities, as well as their actions, were decisive factors in the development of the first works in this area. Second, it reviews the intellectual environment of the author and her work, highlighting the similarities and differences in relation to earlier works from a thematic perspective, as well as with regard to gender relations in the academic setting of the social sciences.

Keywords: Heleieth Saffioti, social sciences; studies about women; gender relations.

* Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, Brasil. Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. End. eletrônico: barbaraluisa.pires@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-0461-2034>

Um caminho em construção: estudantes e professoras nas primeiras gerações da FFCL-USP

Nos primeiros anos da década de 1930, a cidade de São Paulo foi palco de uma série de mudanças estruturais que transformaram seu núcleo urbano e impulsionaram renovações nos planos político, econômico, cultural e de gênero. As mudanças no âmbito cultural e das relações de gênero decorreram, segundo Blay e Lang (2004, p. 12), da entrada consistente de mulheres de vários segmentos das classes média e alta no ensino superior, ensejada pela criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que teve como epicentro a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Sob determinado aspecto, essa abertura esteve relacionada ao processo de modernização em curso, promovendo, ainda que em coexistência com antigos valores patriarcais, a emergência de novos padrões de comportamento e possibilidades profissionais que se tornaram acessíveis a uma parcela dessas mulheres.

No primeiro ano de funcionamento, a FFCL ofereceu 9 cursos que tiveram um total de 182 alunos matriculados, contando apenas com 8 mulheres. No segundo ano da instituição o número de matriculados subiu para 218, aumentando também o número mulheres, de 8 para 77 alunas. Em 1936, a primeira turma de formados registrou 24 diplomados, entre eles duas eram mulheres: Ophélia Ferraz do Amaral, graduada em Ciências Sociais e Políticas, e Adélia Dranger, em Filosofia (Blay; Lang, 2004, p. 50). Dos formados entre os anos de 1937 e 1955, 61% eram homens, enquanto 39% eram mulheres (Miceli, 2001, p. 96).

Neste primeiro período, o contingente feminino nos cursos de Ciências Sociais da FFCL registrou um crescimento significativo. Como indica Spirandelli (2011, p. 41), entre 1936 e 1969, a proporção de mulheres entre os diplomados ascendeu para 65%. O aumento justifica-se, entre outros fatores, pela adoção de uma política de comissionamento que se converteu em uma oportunidade para o ingresso de mulheres no ensino superior. O projeto inicial de universidade idealizado para a formação de quadros da elite cultural paulistana não se realizou plenamente, o baixo número de estudantes matriculados nos cursos, atrelado à necessidade de formação de professores para o sistema de ensino em ampliação, condicionou o Governo do Estado de São Paulo a criar uma política pública, subsidiando vagas e bolsas de estudos a professores que foram ocupadas, em sua maioria, por mulheres. Nesta época, “a profissionalização do magistério acompanhou seu movimento interno de feminização”, consolidando-se, não apenas numericamente como profissão feminina, mas como “profissão respeitável” e forma institucionalizada de emprego para mulheres de estratos da classe média

(Demartini; Antunes, 1993, p. 8)¹.

Contudo, a intensificação numérica de mulheres na FFCL não alterou a composição predominantemente masculina do espaço acadêmico. As assimetrias de gênero foram flagrantes tanto nas etapas de progressão profissional, quanto no desenvolvimento dos temas de pesquisa. Dentro do regime de cátedras então adotado pela USP, centrado na figura masculina do professor catedrático, as posições que elas ocuparam nas hierarquias científicas eram inferiores. Segundo Mariza Corrêa (1995, p. 54), o sistema era hierárquico e patriarcal: “se os titulares da cadeira foram todos homens, as assistentes eram todas mulheres”. Não obstante a hierarquia genericada dos postos, havia também a dos temas, os temas classificados como mais “nobres” ou “legítimos” eram estudados de modo quase exclusivo pelos homens. Até 1977, foram computadas na FFCL 40 teses de cátedras defendidas por homens, enquanto apenas duas foram feitas por mulheres (Trigo, 1994, p. 104).

Um caso ilustrativo dessa hierarquia científica e acadêmica foi o do tema escolhido por Gilda de Mello e Souza (1919-2005) em sua tese de doutorado, *A moda no século XIX*, defendida em 1950. Na época, o assunto foi considerado fútil – “coisa de mulher”. Nas palavras da própria autora, sua tese constituiu “uma espécie de desvio em relação às normas predominantes” (Souza, 1987, p. 7). No entanto, ao transformar a moda em objeto de investigação sociológica, pôde identificar como ela se constituiu, ao longo do século XIX, em elemento simbólico operativo das barreiras entre os sexos e as classes sociais. Em sua análise, demonstra que a vestimenta traduziu o “antagonismo dos ideais de masculinidade e de feminilidade” (Souza, 1987, p. 45-6), assim, desenvolveu-se historicamente como o “meio lícito de expressão” da “cultura feminina”, consequência das assimetrias promovidas pela sociedade burguesa (Souza, 1987, p. 100). Nessa mesma época, Gilda também foi protagonista de um episódio que aclara o entrecruzamento entre as disputas acadêmicas do período e as assimetrias de gênero. Quando Roger Bastide (1898-1974) voltou para a França, em 1954, ele escolheu Florestan Fernandes (1920-1995) para ocupar interinamente seu posto na Cadeira de Sociologia I e Gilda, que até então era sua assistente mais antiga, migrou para a Filosofia².

¹ Cláudia Pereira Vianna (2002) aprofunda os debates educacionais sobre a presença feminina no magistério refletindo, também, sobre os aspectos contraditórios geradores desse processo no caso brasileiro. Cabe ressaltar que as oportunidades institucionalizadas de carreira científica para as mulheres eram reduzidas a poucas instituições, concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo (Cf. Schwartzman, 2001).

² Sobre a atuação de Florestan Fernandes e a reordenação da Cadeira de Sociologia I da USP, ver Arruda (1994) e Bastos (2002).

Além de Gilda, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), que também havia sido auxiliar de Bastide na Cadeira de Sociologia I, após realizar seu doutorado em Paris e retornar ao Brasil em 1956, transferiu-se para a Cadeira de Sociologia II, então chefiada por Fernando de Azevedo (1894-1974). Apesar das questões relacionadas às mulheres/relações de gênero não serem objetos centrais de seus estudos, Maria Isaura foi responsável pela criação do Centro de Estudos Rurais (CERU) em 1964, e pela revista *Cadernos CERU*, publicada a partir de 1968. Tanto o centro, quanto a revista, serviram como principal meio de divulgação das pesquisas e perspectivas teóricas do grupo, composto majoritariamente por mulheres, que acompanhava a formação adquirida por Maria Isaura, publicando continuamente estudos interdisciplinares sobre mulheres no mundo rural e urbano³. Além disso, segundo Eva Blay (1978, p. 19), Maria Isaura reconhecia o profundo significado do tema da condição feminina para a análise social e chegou a acumular diversos materiais sobre o assunto que até então ainda era considerado “absolutamente secundário” na disciplina sociológica.

Nessa época, segundo a divisão esquemática apresentada por Carolina Pulici (2007, p. 105), as Cadeiras de Sociologia da FFCL dividiam-se tematicamente da seguinte maneira:

A Sociologia I voltou-se, prioritariamente, ao processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo de forma mais ampla, cujos efeitos, aqui, seriam comparáveis aos dos países centrais. Já a Sociologia II insistiu na temática do “Brasil velho” (“Sociologia rural”), no esquadramento das relações entre literatura e sociedade, nas análises que enfatizavam as dimensões culturais da experiência humana (“Sociologia das áreas culturais da América Latina”), no estudo dos campos comuns à psicologia e às ciências sociais (“Teorias sociológicas do comportamento”) e, por fim, nos assuntos ainda pouco legítimos na hierarquia temática da época, como a questão da mulher (“Ensino profissional feminino”).

Como sublinhado pela autora, temas relacionados às mulheres começaram a aparecer mais sistematicamente na área de sociologia educacional. Em 1961, como resultado das levantamentos que realizou por intermédio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Aparecida Joly Gouveia (1919-1998) publica *Milhares de normalistas milhões de analfabetos*, e, em 1965, seu doutorado, *Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. Abordando o tema da feminização do magistério, o estudo de Joly Gouveia foi realizado através da aplicação de questionários em três escolas normais localizadas nos estados de Minas Gerais

³ Em seu primeiro número, de 1968, a *Cadernos CERU* publicou o artigo “Status e papéis socioeconômicos da mulher no bairro de Palmeirinhas no Sertão de Itapevicira, Estado de São Paulo” escrito por um conjunto de pesquisadores associados ao centro, sob a supervisão de Maria Isaura, e assinado por Odette Rosa Silva.

e São Paulo. Buscando compreender aspectos das mudanças que ocorrem na definição do papel da mulher à medida que a sociedade brasileira se urbanizava e industrializava, o trabalho constata, no entanto, que a escolha vocacional feminina esteve relacionada, no início dos anos 1960, com a permanência de valores tradicionais da sociedade patriarcal. Além desses trabalhos, como docente na USP, Joly Gouveia passou a orientar uma série de dissertações e teses sobre o tema da condição de trabalho das professoras primárias.

Diante disso, nesse primeiro contexto de institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo, foram poucos os estudos e teses que se debruçaram sobre o papel da mulher na sociedade enquanto objeto de investigação acadêmica. Devido a essa limitação sugere-se, preliminarmente, que as abordagens sobre a temática da mulher executadas por sociólogas como Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Aparecida Joly Gouveia, tenham sido realizadas de forma lateral, não se definindo como a problemática central em seus estudos feitos nesse primeiro contexto⁴. Entretanto, considera-se que a presença e atuação de mulheres na universidade, a realização de primeiras pesquisas e a criação de lugares para a sua divulgação (caso do CERU) são fatores fundamentais para a compreensão dos desdobramentos e dos novos olhares lançados ao tratamento do tema da condição das mulheres no Brasil que serão desenvolvidos nas décadas seguintes.

Desafios de uma geração e o pioneirismo de Heleieth Saffioti

Em decorrência das mudanças sociais que se processavam durante a década de 1960, novos temas e abordagens marcaram a produção do quadro de sociólogos formados na USP. Segundo Maria Arminda Arruda (1994, p. 319), o exercício teórico praticado nesse novo contexto centrou-se no exame das contribuições clássicas (como no conhecido *Seminário de Marx*) e em pesquisas voltadas ao conhecimento da sociedade industrial, dos impasses da modernização, dos fenômenos urbanos e da integração de grupos sociais marginalizados à ordem social competitiva. Nesse último caso, a questão racial foi abordada por meio dos trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, como em *Branços e negros em São Paulo* (1959) e a *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Deve-se considerar também o núcleo congregado ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), constituído em 1962 por Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes e que reuniu os recém-formados, sob a orientação dos professores da Cadeira de Sociologia I.

⁴ A produção científica inventariada nos dois volumes das edições de *Mulher brasileira: bibliografia anotada* da Fundação Carlos Chagas, registra que no período anterior a 1970 apenas dois mestrados, dois doutorados e uma livre-docência trataram das questões relacionadas a mulher (Costa; Barroso; Sarti, 2019, p. 120).

Inserida na dinâmica das pesquisas dessa época e lidando com a repressão imposta pela ditadura militar brasileira (1964-1985), a obra de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934-2010) foi pioneira na legitimação dos estudos de/ sobre mulheres, gênero e feminismo no meio acadêmico. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, é um desdobramento da pesquisa que Saffioti realizou com trabalhadoras têxteis e professoras primárias e que resultou na sua tese de livre docência defendida em 1967, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), sob orientação de Florestan Fernandes. A tese foi publicada pela primeira vez em 1969 e republicada em 1976 pela Editora Vozes.

Fatores como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a reemergência dos movimentos feministas na década de 1960, como articuladores de um novo discurso sobre a condição subalterna das mulheres, fizeram com que a Sociologia se voltasse de maneira mais detida às relações altamente desiguais entre os sexos, até então pouco exploradas pelas análises anteriores (Sorj, 2000, p. 28). Ainda que não se considerasse feminista naquele momento⁵, classificado por Céli Pinto (2014, p. 322) como “segunda fase do feminismo bem-comportado brasileiro”, a obra de Heleieth refletiu, ao mesmo tempo, sua experiência pessoal enquanto mulher na universidade, o cenário político e intelectual do Brasil, a militância feminista e abertura institucional de uma agenda de estudos sobre mulheres e trabalho.

Retomando as etapas que antecedem a publicação de *A mulher na sociedade de classes*, cabe ressaltar que a experiência de formação intelectual de Heleieth Saffioti se realizou, assim como nas décadas precedentes, em um quadro que ainda se mantinha desfavorável à presença de mulheres no espaço universitário. Nascida na cidade de Ibirá (SP) e com uma origem social distinta da maioria das mulheres que cursava a FFCL – a mãe era costureira autônoma e o pai um operário da construção civil –, Heleieth teve a infância e adolescência restritas do ponto de vista financeiro. Antes de ingressar na faculdade, ela trabalhava durante o dia, revezando-se como professora e secretária, e estudava à noite na Escola Normal “Caetano de Campos” (Mendes; Becker, 2011, p. 146). Indica-se, nesse sentido, que sua própria experiência – primeiro como normalista, e depois, como professora – foi convertida em chave de análise ao tratar do tema da educação feminina em *A mulher na sociedade de classes*⁶. Ainda que a tese

⁵ Como assinala no prefácio à primeira edição de 1969: “Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição família nas sociedades de classes em decorrência da opressão que, tão somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas às mulheres” (Saffioti, 2013, p. 34).

⁶ Na parte II da mencionada obra, a autora dedica um extenso tópico ao tratamento da condição de instrução feminina no Brasil, do período colonial ao republicano (Saffioti, 2013, p. 266-328).

não faça menção aos trabalhos de Aparecida Joly Gouveia, suas considerações sobre o processo de feminilização do magistério se aproximam dos resultados obtidos por Gouveia em *Professoras do amanhã* (1970).

Heleieth ingressou via vestibular em Ciências Sociais na FFCL em 1956 e formou-se em 1960, interrompendo o curso durante um ano para viajar aos Estados Unidos. Logo após o término de sua graduação, em 1963, a convite de Luiz Pereira (1933-1985), sociólogo remanescente do grupo de Florestan Fernandes, passou a lecionar disciplinas da Cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Araraquara da Unesp. Segundo a própria Heleieth, já data dessa época suas primeiras pesquisas sobre mulheres. Florestan Fernandes, seu orientador, prevendo o endurecimento do regime militar, sugeriu que ela transformasse a pesquisa em tese de livre-docência, com o intuito de obter a titulação necessária para permanecer no cargo de professora universitária.

Em uma situação similar àquela vivenciada por Gilda de Mello e Souza na década anterior, ao escolher tratar da condição das mulheres na sociedade, Heleieth causou um certo estranhamento no ambiente acadêmico, como lembrou: “imagina publicar um assunto daqueles que não pertencia a academia, não era considerado legítimo [...] *feito por uma mulher e ainda comunista* [...]” (Gonçalves; Branco, 2011, p. 80; grifo nosso). Outro episódio que ilustra a repressão política do contexto, foi a alteração da composição da banca avaliadora do trabalho. É interessante notar que, na modificação imposta, a única mulher que compunha a banca teve que ser excluída. Em outra entrevista, Heleieth detalhou o ocorrido:

Eu indiquei [para participar da banca] a nata da sociologia que estava no Brasil, na época: Florestan, Ruy Coelho, Antonio Candido, Luiz Pereira e a Gioconda Mussolini, *porque eu queria uma mulher*, ela era aberta para o assunto e tinha uma vasta cultura. [...] Na USP não houve problemas, mas quando chegou no Conselho, eles foram informados pelo padre que se tratava de uma candidata comunista, de um trabalho comunista, de uma banca comunista [...] Eles não tiveram peito para mexer com as vacas sagradas – Antonio Candido, Ruy Coelho e Florestan – mas substituíram o Luiz e a Gioconda [...] (Trindade, 2012, p. 150; grifos nossos).

Em linhas gerais, como apresentado na introdução do texto, o objetivo visado por Heleieth (2013, p. 39) era “apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator *sexo* opera nas sociedades de classes de modo alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino”. Diante disso, a autora apresenta de maneira original uma articulação entre o marxismo e o feminismo (cf. Gonçalves, 2011). Segundo Bezerra (2013, p. 170-171), associadas às suas preocupações teóricas, ela não pretendeu apenas interpretar a situação da mulher no capitalismo, mas almejava que sua obra contribuísse “para vislumbrar

as vias de superação”. Nesse sentido, como salientado por Branca Moreira Alves em entrevista a Heloisa Buarque de Hollanda, ao apresentar uma base marxista, *A mulher na sociedade de classes* permitiu que os estudos feministas se posicionassem melhor no quadro das demandas dos movimentos de esquerda e em espaços onde as questões sobre a mulher eram consideradas de menor interesse. Como lembrado por Branca:

A tese de Heleieth nos deu permissão, a nós de esquerda, para tratar da mulher dentro desse universo do marxismo. Inegavelmente, na década de 1970, só o marxismo nos permitia analisar a sociedade. Era regra buscar apoio naqueles que chamávamos de barbudos – Karl Marx e Friedrich Engels – a legitimidade para conseguirmos, pisando em ovos, falar de mulher (Hollanda, 2019, p. 12).

Além da influência do marxismo como pano de fundo teórico da obra, a segunda parte de *A mulher na sociedade de classes* evidencia o diálogo travado pela autora com a literatura sociológica e historiográfica produzida no Brasil. A fora os trabalhos de Florestan Fernandes, seu orientador, autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado são bastante citados. Nesta parte, traça como quadro geral a formação histórica do Brasil, situado comparativamente como país capitalista de economia dependente, passando a investigar a condição da mulher em cada uma de suas etapas de desenvolvimento⁷. Ademais, faz um balanço histórico da instrução feminina e dos movimentos feministas brasileiros.

Em relação aos estudos de/sobre mulheres que circulavam naquele cenário, desafiando a dificuldade de acesso e escassez de material bibliográfico, Heleieth conseguiu articular os debates feministas da época. Em suas referências estão listadas duas obras de grande repercussão internacional como, *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949 e a *Mística feminina*, da americana Betty Friedan, publicado em 1963. Além deles, também menciona o artigo *Mulheres: a revolução mais longa*, publicado originalmente em 1966 pela francesa Juliet Mitchell, e *El caracter femenino*, edição de 1958, da pouco conhecida socióloga inglesa Viola Klein. Algumas dessas obras já eram citadas em trabalhos de sociólogas brasileiras, como por exemplo, na mencionada tese de Gilda de Mello e Souza, *A moda no século XIX* (1950), que dialogava com as obras de Beauvoir e Viola Klein. A escritora e intelectual feminista Rose Marie Muraro (1930-2014), também atuou

⁷ Segundo o esquema proposto por Saffioti (2013, p. 41): “Chega-se, assim, a dois subtipos de capitalismo, em cada um dos quais a condição da mulher aparece como fruto da combinação, de um lado, da tradição local e das determinações essenciais do sistema capitalista de produção e, de outro, dessas mesmas determinações com a condição de autonomia ou de heteronomia dos países em questão (...).”

como uma figura importante para a circulação desse repertório teórico no Brasil⁸. Ainda sob a perspectiva da circulação das ideias sobre mulheres, apesar de breve, pode-se considerar a experiência de Heleieth nos Estados Unidos em fins da década de 1950 como significativa para que ela entrasse em contato com debates intelectuais que ainda não circulavam ou que não estavam disponíveis no Brasil.

Outro fator a ser considerado para compreender o contexto de produção de *A mulher na sociedade de classes* é que, no caso brasileiro, a sincronicidade entre o ativismo político dos movimentos feministas e os trabalhos acadêmicos sobre mulheres compartilhava o compromisso político de enfrentamento à ditadura militar e às desigualdades sociais. Enfrentamento que, por sua vez, encontrou respaldo nas atividades docentes exercidas por Heleieth na Unesp desde 1963, assim como em sua circulação fora do ambiente universitário. É importante salientar que nessa época a universidade foi apenas um dos espaços de produção e divulgação de conhecimentos sobre mulheres/relações de gênero. A Igreja Católica, partidos, grupos de reflexão, movimentos sociais e instituições governamentais, também foram espaços de produção de conhecimentos sobre a situação das mulheres (Rosemberg, 1993, p. 209). Assim, a existência de outros de espaços de produção e circulação de ideias entre/sobre mulher constitui-se como um fator importante para assinalar a diferença entre o momento de escrita da obra de Heleieth e as décadas anteriores.

Sob outro aspecto, o tema do trabalho feminino foi a porta de entrada decisiva dos estudos sobre mulheres na academia brasileira (Bruschini, 1994, p. 7)⁸. Desenvolvidos como uma subárea do conhecimento atrelada a disciplinas mais tradicionais, sendo considerados pouco legítimos no espaço de sua produção, a constituição dessa área temática esteve relacionada ao debate sobre a incorporação da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, novamente, a obra de Heleieth torna-se referência obrigatória¹⁰. Como demonstrado pela autora, no sistema capitalista, as mulheres continuaram marginalizadas das funções produtivas ou integradas de forma periférica. Para tal empreendimento,

⁸ Sobre o contato de Heleieth com essa bibliografia específica, ver a já mencionada entrevista concedida à Renata Gonçalves e Carolina Branco (2011, p. 73) e o artigo de Céli Pinto (2014, p. 322). Rose Muraro não integrou de forma direta os estudos feministas mais acadêmicos, mas teve uma atuação importante na militância editorial estando à frente da Editora Rosa dos Tempos, ligada à Editora Vozes.

⁹ Segundo Helena Hirata, no caso brasileiro, a categoria gênero foi introduzida na área de sociologia do trabalho desde os anos 1970, contudo “ela aparece e desaparece”, na medida em que os estudiosos do tema estiveram, ou não, preocupados em associá-la aos problemas circunscritos nessa área temática (Castro; Roncato, 2016, p. 296).

¹⁰ Além do livro de Saffioti, pode-se considerar central nesse contexto de produção acadêmica dos estudos sobre mulheres a pesquisa desenvolvida por Eva Alterman, *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*, defendido originalmente como tese de doutorado em 1972.

ela analisou as diversas formas de participação da mulher na força de trabalho, em seus mais variados aspectos, explorando também a relação entre trabalho e família. Considerando os diversos fatores que foram até agora apresentados, pode-se indicar, nesse sentido, que os estudos sobre a condição de trabalho das mulheres conseguiram adquirir mais legitimidade acadêmica do que àqueles desenvolvidos pela pesquisa sociológica educacional em fins dos anos de 1950 e início de 1960.

Por fim, acredita-se que *A mulher na sociedade de classes* foi responsável pela abertura de novas agendas aos estudos de/sobre mulheres, feminismo e relações de gênero. Como assinalado por Antonio Candido (2013, p. 28), um dos grandes méritos da autora foi não separar a questão da condição da mulher dos problemas gerais da sociedade, “projeto ambicioso e complexo, que foi executado com rara maestria”.

Horizontes compartilhados: interlocuções, continuidades e rupturas

Ainda que a institucionalização acadêmica dos estudos de/sobre mulheres, gênero e feminismo tenha despontado no Brasil, após a Reforma Universitária de 1969, sugere-se que as pesquisas com essa temática começaram a aparecer na academia já na década de 1950. De forma preliminar: em um primeiro momento, o objetivo do texto foi apresentar como o ingresso e a atuação de mulheres na universidade paulista foi um fator decisivo para o desenvolvimento dos primeiros trabalhos nessa área. Em um segundo momento, destacou-se o pioneirismo do livro de Heleieth Saffioti para sua consolidação, buscando evidenciar quais foram as condições contextuais de produção da obra e assinalar as similitudes e diferenças em relação aos trabalhos anteriores, assim como, identificar as dificuldades impostas, tanto do ponto de vista das assimetrias de gênero, quanto do contexto acadêmico e político mais amplo no qual esteve inserida.

De um lado, fica claro que apesar de todas as rupturas que ocorreram entre as décadas de 1930 e 1960 – institucionais, políticas, teóricas ou ideológicas – algumas continuidades podem ser observadas: os estudos iniciais, como os de Gilda na década de 1950 (a moda como operativa de diferenças de sexo e classe) e de Aparecida Joly Gouveia no início da década de 1960 (a relação entre o papel da mulher na sociedade e a escolha vocacional) estabeleceram alguns parâmetros que seriam mantidos nos anos seguintes. Com a progressiva sistematização de um conhecimento empírico e teórico sobre as condições sociais de vida e trabalho das mulheres no país, cuja essa primeira geração de sociólogas teve atuação determinante, como é o caso de Maria Isaura Pereira de Queiroz e da *Cadernos CERU*, ocorre uma mudança no enfoque teórico de abordagem do tema, os

estudos vão avançando gradualmente e encontrando frentes de legitimação, as mulheres também passam ocupar maiores cargos na universidade¹¹.

Por outro lado, diferentemente dessa primeira geração, Heleieth lidou com fatores contextuais que foram decisivos para a elaboração de *A mulher na sociedade de classes*, entre outros: 1) a resistência política a um regime ditatorial militar; 2) a atuação dos movimentos feministas da década de 1960; 3) uma circulação maior de bibliografias sobre o tema, especialmente francesa e norte-americana (também a circulação de mulheres brasileiras em outros países) 4) a consolidação das pesquisas nas áreas de trabalho, indústria e desenvolvimento, possibilitando uma abertura ao tema das mulheres em disciplinas mais tradicionais.

Considerando os diferentes objetivos e compromissos que assumiram frente aos seus respectivos contextos de produção, acredita-se que tais estudos formam um conjunto analítico e modelam uma reflexão teórica que traz dados importantes sobre a experiência coletiva de mulheres e os processos sociais mais amplos nos quais se inserem. Pode-se considerar, nesse sentido, *A mulher na sociedade de classes*, como uma obra pioneira da expansão e consolidação dos estudos sobre mulheres no Brasil.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda. A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 22, 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Sumaré/ ANPOCS, 2002.
- BEZERRA, Elaine. A originalidade do pensamento de Heleieth Safifoti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.17, n. 31, 2013. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25734/18368>. Acesso em 26 Set. 2019.
- BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- BLAY; Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

¹¹ Apontar traços de continuidades não significa dizer que estavam tratando do mesmo tema e da mesma maneira, mas sim, que se estava estabelecendo uma agenda de questões que pareciam importantes para analisar a condição das mulheres no Brasil, e que essas questões estavam sendo enfrentadas, de diferentes formas, por sucessivas gerações de pesquisadoras.

- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino trajetória de um tema perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, n. 3, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>. Acesso em 13 Ago. 2019.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia na corda bamba, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 2, n. 3, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16172/14723>. Acesso em 14 Ago. 2019.
- COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira (1993). Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez, n. 86. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934/939>. Acesso em 01 Ago. 2019.
- GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, 2011. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18737/13930>. Acesso em 13 Ago. 2019.
- GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, 2011. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18768/pdf>. Acesso em 13 Ago. 2019.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras do amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- HEILBORN, Maria. Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia (volume II), São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, Brasília: Capes, 1999.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

- MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 19, n. 1, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100012/18401>. Acesso em 13 Ago. 2019.
- PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n. 1, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 13 Ago. 2019.
- PULICI, Carolina. De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, vol. 31, 2007.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre mulher e relações de gênero. In: MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>. Acesso em 02 Set. 2019.
- SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: CGEE/ MCT, 2001.
- SORJ, Bila. Dois olhares sobre Heleieth Saffioti: o feminismo adentra a academia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 3, n. 1, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16928/15482>. Acesso em 14 Ago. 2019.
- _____. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 15, n. 43, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6909200000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 13 Ago. 2019.
- SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SPIRANDELLI, Claudinei. *Trajетórias Intelectuais: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulos: Humanitas/Fapesp, 2011.

- TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila. (org.) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Marco Zero, 1994.
- TRINDADE, Helgio. *Ciências Sociais no Brasil: diálogo com mestres e discípulos*. Brasília: ANPOCS; Liber Livro Editora, 2012.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, 2002.